

A história e o ciclo

IGNÁCIO M. RANGEL

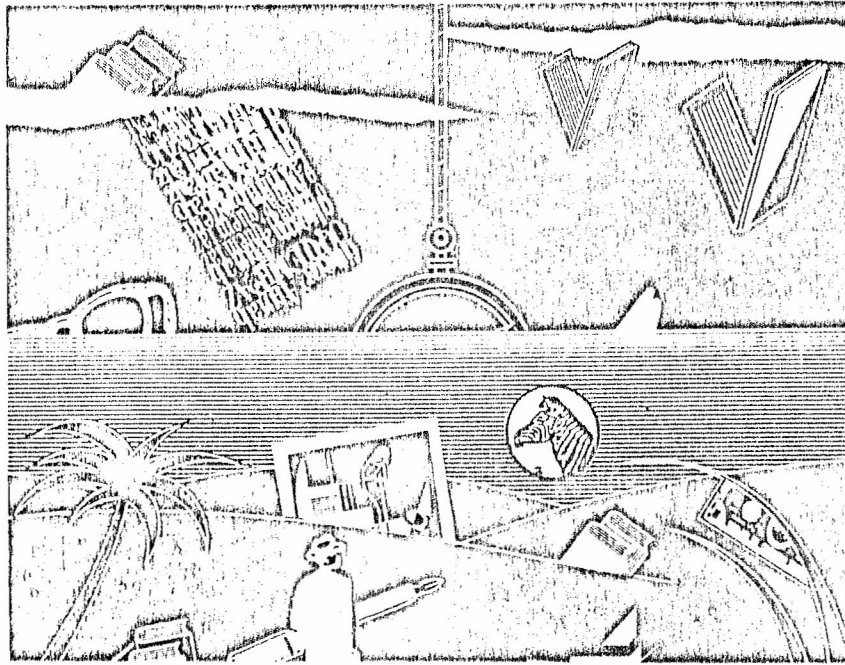
4/03/88

Disto muito de estar de acordo com todas as coisas que Bresser Pereira, com o seu brilho de sempre, disse, no seu estudo "The Cyclical Pattern of State Intervention", apresentado no simpósio internacional "Democratizando a Economia", patrocinado pelo Instituto de Estudos Avançados da USP e pelo Woodrow Wilson International Center, em São Paulo, de 26 a 28 de julho passado.

Para começar, os tecnoburocratas, como ele diz, não constituem uma classe social, mas apenas um estamento —o que faz muita diferença. Mas, se formos por aí, não chegaremos a parte alguma. Tales de Mileto mediu a altura das pirâmides comparando dois triângulos de sombra que somente seriam semelhantes se os raios de luz do sol fossem paralelos, o que sabemos não ser verdade. Mas isso não quer dizer que suas contas estivessem erradas e, conseqüentemente, que a ciência que ele estava fundando —a trigonometria— fosse uma falsa ciência. Não devemos ocupar-nos em catar pulgas em elefantes.

Ora, os ciclos econômicos não são apenas fatos econômicos. São fatos sociais, no mais alto sentido dessa expressão. Noutros termos, além de econômicos, são, também, fatos jurídicos, políticos e até éticos e estéticos. Quem poderia, por exemplo, negar correlação entre nossa Semana de Arte Moderna e a "fase b" do 3º Ciclo de Kondratiev que estava começando? A "fortiori", como pôr em dúvida que o comportamento do Estado —e em geral, os fatos políticos, como o Levante dos 18 do Forte— tenha muito que ver com o mesmo fato conjuntural?

Mas o jovem e brilhante mestre que o debateu —perdoe-me se perdi seu nome, Gianetti Fonseca, se não me engano— que merece ser guardado pelas novas gerações, não se ocupou de coisas menores. Ao que pude entender, ele duvida da própria realidade do ciclo. Não da eternidade do ciclo econômico, o que estaria certo, visto como a história da sociedade humana se orienta claramente para um plane-



jamento cada vez mais exaustivo. Mas da realidade contingente do ciclo.

Com efeito, ao primeiro exame, o ciclo é próprio da natureza, ao passo que o homem, a sociedade humana, constituiriam o reino da história, que não se repete, mesmo quando parece fazê-lo. A menos que o seja no sentido dado por Marx, segundo que quando a história se repete, dá-nos como farsa o que antes foi tragédia.

Na verdade, creio que a própria natureza tem sua história peculiar, embora muitíssimos dos seus capítulos não possam ser escritos em cronologia compatível ou mensurável em vida de homem, ou mesmo do homem, no sentido de espécie humana. Sabemos, hoje, que iluminam nossas noites raios de luz que foram emitidos de distantes estrelas e galáxias, numa época em que o homem não havia ainda criado Deus a sua imagem e semelhança.

Reciprocamente, o fato de ser a sociedade, o homem, o reino de uma

história suscetível de ser escrita em tempos mensuráveis em nossas vidas, não quer dizer que ela também não comporte ciclos, como os da natureza. Ora, assim como os naturais, os ciclos sociais não excluem a história. Esta se escreve através deles.

A história se projeta através dos ciclos no fato de que estes nunca são rigorosamente iguais aos predecessores, o que quer dizer que podem constituir séries finitas, mais ou menos longas. Por exemplo, os ciclos breves ou Ciclos de Juglar (que Schumpeter chamava ciclos médios) aparentemente eram próprios da implantação do capitalismo industrial, o que quer dizer que nos países desenvolvidos desapareceram ou foram substituídos por movimentos de outra etiologia. E isso enquanto, no Brasil, eles resurgiam, nos quadros da industrialização substitutiva de importações.

Quanto às economias socialistas —que Bresser Pereira chama de esta-

26/88

tistas— parece que levaram seu planejamento ao ponto de suprimirem os ciclos breves. Não, porém, os ciclos longos —os Ciclos de Kondratiev. Estes são outra estória. Será que Gorbachev e seus economistas não se aperceberam do fato de que o que eles chamam de "período de estagnação" coincidiu com a "fase b" do 4º Kondratiev?

Aqui, no Ocidente, já chegamos à percepção de que, pelo menos até certo ponto, os ciclos (breves) podem ser combatidos ou limitados através do expediente dos "orçamentos anticíclicos". Com efeito, a queda da demanda global pode ser contrarrestada pelo aumento do déficit do Estado. O "New Deal" de Roosevelt, o Plano Quadrienal do dr. von Schacht e, em nossos dias o programa armamentista financiado pela emissão de bônus do Tesouro, do duplo quadriênio de Reagan representam exemplos brilhantes do emprego do expediente dos orçamentos anticíclicos.

Como hipótese de trabalho, sugiro que, mesmo em uma economia capitalista, os orçamentos anticíclicos são eficazes, desde que o déficit do Tesouro seja coberto pela colocação no mercado dos papéis do Estado não pela expansão da base monetária. Nem o aumento da carga fiscal, nem, ainda menos, a expansão da base monetária servem a esse fim. A colocação de papéis do Estado no mercado significa, afinal, que o setor privado é induzido a investir mais do que desejaria, à vista de suas próprias oportunidades de investimento.

Quanto aos ciclos longos, seu motor primário não está no campo das relações de produção, mas no da evolução das forças produtivas. Esse motor primário deve ser buscado no campo das chamadas revoluções científico-técnicas. Com efeito, tanto as economias capitalistas como as socialistas carecem do amadurecimento de novas técnicas que promovam novas oportunidades de investimento.

IGNÁCIO M. RANGEL, 74, economista, é membro do Conselho Federal de Economia e foi presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro.